

**PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1872/2024**

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2024.

Processo nº 0816488-49.2024.8.19.0002,  
ajuizado por:

Trata-se de Autora, 68 anos de idade, acompanhada no ambulatório de uroginecologia do Hospital Universitário Antônio Pedro, com diagnóstico de **incontinência urinária** por hiperatividade do músculo detrusor (CID 10: N39.4). Necessita do uso de **fraldas geriátricas** devido à perda involuntária de urina durante o dia, com trocas constantes para evitar infecções urinárias recorrentes e infecção amoniacal (Num. 118772149 - Pág. 3)

Informa-se que o insumo **fralda descartável** está indicado ao manejo do quadro clínico apresentado pela Autora - **incontinência urinária** por hiperatividade do músculo detrusor, com perda involuntária de urina (Num. 118772149 - Pág. 3).

Quanto à disponibilização, destaca-se que o insumo **fralda descartável** não está padronizado em nenhuma lista para dispensação gratuita no SUS, no âmbito do município e do estado do Rio de Janeiro. Ademais, cumpre esclarecer que **não existe alternativa terapêutica**, no âmbito do SUS, que possa substituir o insumo **fralda descartável**. Assim, não há atribuição exclusiva do município ou do estado do Rio de Janeiro quanto ao seu fornecimento.

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde<sup>1</sup> foi encontrado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da enfermidade que acomete a Autora – incontinência urinária não neurogênica, o qual não contempla o produto absorvente pleiteado.

Adicionalmente, destaca-se que por se tratar de produto absorvente descartável de uso externo<sup>2</sup>, a **fralda descartável** não está contida nas Portarias de Consolidação nº2 e nº6, de setembro de 2017 do Ministério da Saúde (Programa de Medicamentos Excepcionais, bem como, se trata de produto dispensado de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA<sup>3</sup>.

Quanto à solicitação (Num. 118772147 - Pág. 15, item “*DOs PEDIDOS*”, subitens “d” e “g”) referente ao fornecimento de “...*outros medicamentos e/ou produtos complementares que, no curso da demanda, se façam, posteriormente e mediante apresentação de laudo médico, necessários ao tratamento da moléstia da parte autora...*”, vale ressaltar que não é recomendado o fornecimento de novos itens sem a avaliação de novo documento médico, uma vez que o seu uso irracional e indiscriminado pode implicar em risco à saúde.

<sup>1</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

<sup>2</sup> ANVISA. Portaria nº 1.480, de 31 de dezembro de 1990. Fraldas descartáveis. Disponível em: <[http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/U\\_PT-MS-1480\\_311290.pdf](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/U_PT-MS-1480_311290.pdf)>. Acesso em: 22jun.2023.

<sup>3</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 10, de 21 de outubro de 1999 (Publicado em DOU nº 204, de 25 de outubro de 1999). Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_10\\_1999\\_.pdf/23649a31-6958-4a8d-9d75-2f7a964d3ed7?version=1.0](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_10_1999_.pdf/23649a31-6958-4a8d-9d75-2f7a964d3ed7?version=1.0)>. Acesso em: 21 mai. 2024.

Secretaria de  
Saúde



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

**É o parecer.**

**Ao 4º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para cohecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**RAMIRO MARCELINO RODRIGUES DA SILVA**

Assistente de Coordenação

ID. 512.3948-5

MAT. 3151705-5

**ANNA MARIA SARAIVA DE LIMA**

Enfermeira

COREN/RJ 170711

Mat. 1292

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277

ID. 436.475-02